



**CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CNPJ: 33.005.083.0001/60**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 076/2021**

De 21 de setembro de 2021.

**SÚMULA:** CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO MUNICÍPIO DE TAPURAH, ESTADO DE MATO GROSSO.

O Senhor, **Elizeu Francisco de oliveira**, Presidente da Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

**Art. 1º.** Fica concedido **TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO MUNICÍPIO DE TAPURAH**, Estado de Mato Grosso, a Senhora **CYNTHIA QUAGLIO GREGORIO ANTUNES**, Promotora de Justiça da Comarca do município de Tapurah, Estado de Mato Grosso.

**Art. 2º.** A concessão de Título de Cidadão Honorário do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso se deve aos relevantes serviços prestados ao município na **manutenção da ordem jurídica** e na **fiscalização do poder público em todas as esferas**, desde sua chegada em maio de 2018 até agosto de 2021.

**Art. 3º.** Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se e Publique-se.

**Elizeu Francisco de Oliveira**  
Presidente

**Aelton Antônio Figueiredo**  
1º Secretário



**CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CNPJ: 33.005.083.0001/60**

**JUSTIFICATIVA**

**OS PRINCÍPIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

- Defender a **ordem jurídica**;
  - Defender o **regime democrático**;
  - Defender os **interesses sociais**;
  - Defender os **interesses individuais indisponíveis**.
- 
- O Ministério Público é uma instituição que tem como responsabilidade a **manutenção da ordem jurídica** no Estado e a **fiscalização do poder público** em várias esferas. Apesar de já existir desde antes da Constituição de 1988, foi a partir dela que suas atribuições mudaram, pois era amplamente discutida a necessidade de existir um órgão de controle dos **poderes do Estado**. Por isso, a partir da promulgação da Constituição Cidadã, as funções do Ministério Público mudaram para aquilo que ele é nos dias de hoje.
  - Sua participação nos processos da justiça brasileira o concede uma **função jurisdicional** – ou seja, contribui para a boa administração da Justiça. Cabe ressaltar que o MP não intervém em todas as ações da Justiça, apenas quando envolve partes que lhe cabem defender.